

SENADO AVALIA ACORDO NA QUARTA

Aprovação é certa

O Palácio do Planalto enviou ao Senado, na noite de quinta-feira, relatório sobre as formas de refinanciamento escolhidas pelos bancos privados na renegociação da dívida externa de US\$ 35 bilhões. Caso o Senado concorde com o perfil das opções, o Brasil poderá assinar o acordo com os bancos. Na quarta-feira, o presidente do Banco Central, Pedro Malan, e o negociador da Dívida Externa, André Lara Resende, estarão explicando o acordo aos membros da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Como os senadores vêm dando aval ao governo a cada passo da negociação, é muito pouco provável que o Senado rejeite o acordo.

Segundo a mensagem assinada pelo presidente em exercício Inocêncio Oliveira, credores privados detentores de 95,11% da dívida já fizeram suas opções. Do total de US\$ 35 bilhões, 33,16% (US\$ 11,6 bilhões) serão, em princípio, renegociados por meio dos bônus ao par, que não dão desconto sobre a dívida antiga, mas pagam juros de 4% a 6% ao ano. Os bônus de desconto, que oferecem um corte de 35% sobre o valor da dívida antiga, mas pagam juros de mercado, serão usados para o refinanciamento de 35% do total renegociado, ou US\$ 12,2 bilhões. Os bônus de redução temporária de juros com capitalização serão usados para refinaranciar 20,56% (US\$ 7,2 bilhões). O bônus de redução temporária de juros e o bônus de conversão de dívida refinarnciarão 5,51% e 5,77% da dívida renegociada, respectivamente. Esses percentuais, explicam técnicos do Banco Central, poderão sofrer pequenas alterações.

A mensagem não toca no problema do grupo norte-americano Dart, que se recusou a fazer suas opções dentro do esquema acertado entre o Brasil e o Comitê de Bancos Credores. A família Dart quer refinarnciar os US\$ 1,4 bilhão em créditos que detém nos bônus de capitalização, o que não está sendo aceito nem pelo Brasil nem pelo comitê. Na quinta-feira, o negociador da Dívida Externa, Lara Rezende, distribuiu nota oficial afirmando que o Brasil não fechará o acordo se a família Dart não rever suas opções de acordo com o compromisso acertado entre o Brasil e o comitê. As opções do grupo norte-americano não constam do quadro encaminhado ao Senado.